



CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.616 - Processo Administrativo nº 08700.010409/2015-43 (relacionado ao Apartado de Acesso Restrito nº 08700.010410/2015-78). Representante: Cade ex officio. Representado: Joaquim Paulo Nogueira de Lalande e Castro. Advogados: Fábio Francisco Beraldi; Flávia Chiquito dos Santos e André Alencar Porto. Acolho a Nota Técnica CGAA8/SG nº 75/2017, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido: (i) pelo indeferimento do pedido de reconsideração apresentado, nos termos referidos na Nota Técnica nº 75; (ii) pela colheita de depoimento do Sr. Joaquim Paulo Nogueira de Lalande e Castro. Fica o Representado Joaquim Paulo Nogueira de Lalande e Castro notificado, por meio de seus representantes legais, para que compareça à sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, localizada na SEP 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano, Sala de Reunião 01 da Superintendência - Geral, Cep: 70770-504, na cidade de Brasília/DF, no dia 16/01/2018, às 15h.

Nº 1.794 - Processo Administrativo nº 08700.005615/2016-12 Representante: Cade "ex officio" Representada: Wendlitz Bernardo ME, atualmente denominada WBS Energia Eireli - EPP ("WBS") Advogados: Ricardo Noronha Inglez de Souza, Bruno Greca Consentino, Stefanie Christine Schmitt Giglio, Raisa Dvorah Rechter e Daniel Elias do Nascimento. Acolho a Nota Técnica nº 139/2017/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na referida Nota Técnica, (i) pelo indeferimento das preliminares alegadas pela Representada, por falta de amparo legal; (ii) pela intimação da Representada para que apresente, no prazo de 5 (cinco) dias, justificativas objetivas sobre a necessidade da tomada dos depoimentos das testemunhas por ela indicadas, devendo, ainda, qualificar de forma completa cada testemunha, sob pena de indeferimento da produção da prova testemunhal. Alternativamente, a Representada pode trazer aos autos declarações escritas assinadas pelas pessoas arroladas como testemunhas. Estas declarações devem conter informações fáticas relacionadas ao mérito do presente processo. A Representada deverá indicar, no prazo de 5 (cinco) dias, se aceita essa opção e, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo anterior, deverá apresentar as declarações escritas, que passarão a ter valor de prova documental; (iii) pelo deferimento da produção de prova documental, facultado à Representada juntar aos autos quaisquer documentos que considerem relevantes para a presente investigação antes do encerramento da instrução, nos termos do art. 195, §5º, do Regimento Interno do Cade; e (iv) pelo indeferimento dos pedidos genéricos de produção de prova. A Superintendência-Geral do Cade reserva-se o direito de produzir outras provas no interesse da instrução do feito, nos termos do art. 13, inciso IV, da Lei nº 12.529/2011.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.796 - Ref.: Processo Administrativo nº 08700.011835/2015-02. Representante: BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.. Advogados: Paulo Casagrande, Fabricio de Almeida e outras/os. Representadas: Claro S.A., Oi Móvel S.A., Telefônica Brasil S.A.. Advogadas/os: Barbara Rosenberg, Caio Mario Pereira Neto, Leonor Cordovil e outras/os.. Acolho a Nota Técnica nº 39/2017/CGAA4/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0418325) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na citada Nota Técnica, decido: (i) o indeferimento das preliminares suscitadas pelas Representadas, por falta de amparo legal; (ii) o indeferimento do pedido genérico de provas da Representada Claro S.A., por falta de especificação; e (iii) quanto à produção de provas documentais, é facultada às partes a juntada de provas documentais até o encerramento da instrução processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 437ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e setenta e sete os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Salão Negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; o 1º Vice-Presidente Paulo Antonio de Carvalho; 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfourri e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Arthur Correia da Silva

Neto; Diogo Rudge Malan; Fernanda Regina Vilarés; Fernando Fragoso; Máximo Alves Barbosa Filho; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Ruy Celso Barbosa Florence; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Vilobaldo Adelidio de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Eugenio Paes Amorim; Joao Batista da Silva Fagundes; Jose Barroso Filho; Karla Andreia Magalhães Timbo Pinheiro; Maria Gabriela Viana Peixoto; Maria Tereza Uille Gomes; Olhen Ricardo de Souza Scucuglia; Pedro Eurico de Barros e Silva; Roberto Teixeira Pinto Porto; Tais Schilling Ferraz. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Leonardo Ferreira-SSP/SP; Luciane Ferreira-OAB/PR; Luiz Fabricio Vieira-OAB/DF; Mauricio Kuehne-COPEN/PR; Mara Fregapani-DEPEN/MJ; Breno Amorim-DEPEN/MJ; Luiz Philipe Spriciaago-UnB/DF. O Presidente iniciou a reunião apresentando a Ata da 436ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada pelo Plenário. Em seguida, o Presidente informou sobre a participação do Conselheiro José Barroso na reunião do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT realizada nos dias vinte e um e vinte e dois de agosto do ano corrente em Brasília-DF. Por conseguinte, o Conselheiro Ulysses Oliveira informou sobre sua participação na reunião do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT realizada no dia vinte e três de agosto do ano corrente em Brasília-DF. Após, o Conselheiro Arthur Correa solicitou ponto de pauta para a próxima reunião, no sentido de discutir assunto relacionado ao monitoramento eletrônico. Iniciando os itens de pauta, a Conselheira Alessa Pagan apresentou a redação final da minuta de Resolução sobre Assistência Material no Sistema Prisional, juntamente com a Sra. Mara Fregapani, Coordenadora-Geral de Promoção e Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Após apreciação em Plenário, a Resolução foi aprovada. Em seguida, a Conselheira Alessa Pagan apresentou a minuta de resolução sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema prisional, sendo aprovada pelo Plenário após apreciação e debate. O Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marco Antônio Severo, compareceu à reunião do CNPCP, no qual informou acerca de seu desligamento junto ao DEPEN. Seguindo os itens de pauta, o Conselheiro Diogo Malan apresentou parecer sobre a proposta de conciliação criminal, a partir de alteração na Lei n. 9.099/95, previamente elaborada pela Conselheira Maria Tereza Uille. A Conselheira Fernanda Vilarés acompanhou o voto do relator. Após leitura do parecer, o Conselheiro Arthur Correia pediu vista sobre o processo. Acerca da matéria, o Conselheiro Máximo Alves informou que o Estado de São Paulo adotará o Termo Circunstanciado de Ocorrência, como projeto piloto, para conciliação nas delegacias. O Conselheiro Otávio Toledo relatou que não seria a favor de delimitar a transação somente aos crimes que estão mencionados na minuta. O Conselheiro Fernando Kfourri se manifestou contrário quanto à ampliação de dois para quatro anos na proposta e quanto à conciliação foi favorável. O Conselheiro Ruy Florence expressou que não vê problema o delegado de polícia realizar a conciliação. Esses conselheiros, no entanto, não adiantaram voto sobre a matéria. O presidente possibilitou aos demais Conselheiros ausentes na reunião apresentarem manifestações acerca da matéria em momento posterior, permanecendo o debate sobre o assunto. Seguindo os itens de pauta, a Conselheira Fernanda Vilarés e o Conselheiro Diogo Malan apresentaram o Relatório de Inspeção Prisional no Estado de Minas Gerais, derivado de visita realizada no Estado no mês de julho do ano corrente. Após apreciação, o Plenário aprovou o Relatório de Inspeção Prisional do Estado de Minas Gerais. Por fim, a Conselheira Alessa Pagan apresentou Parecer sobre o Projeto de Lei no Senado (PLS) n. 431/2016, que trata de definição da data-base da última prisão. Como encaminhamento, a matéria será discutida na próxima reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

ATA DA 438ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2017

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfourri e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; Arthur Correia da Silva Neto; Fernando Fragoso; Joao Batista da Silva Fagundes; Máximo Alves Barbosa Filho; Pedro Eurico de Barros e Silva; Ruy Celso Barbosa Florence; Tais Schilling Ferraz; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior. Justificaram a ausência os seguintes membros: o 1º Vice-Presidente Paulo Antônio de Carvalho; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Diogo Rudge Malan; Eugenio Paes Amorim; Fernanda Regina Vilarés; Jose Barroso Filho; Karla Andreia Magalhães Timbo Pinheiro; Maria Gabriela Viana Peixoto; Maria Tereza Uille Gomes; Olhen Ricardo de Souza Scucuglia; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Roberto Teixeira Pinto Porto; Vilobaldo Adelidio de Carvalho. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Diogenes Baudol-SSP/SP; Luiz Philipe Spricio-UnB. O Presidente iniciou a reunião apresentando a Ata da 437ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo apreciada e, em seguida, aprovada pelo Plenário. Inicialmente, foi apresentado e debatido o tema relacionado ao Projeto de Lei do Senado - PLS n. 513, de 2013, que trata de alteração na Lei de Execução Penal, levando em consideração inclusive o Parecer SF n. 103, de 2017, de 27 de setembro de 2017. Após debate, o Conselheiro Pedro Eurico recomendou como enca-

minhamento a instituição de composição interna do CNPCP, no sentido de aprofundar estudos sobre o referido PLS e, posteriormente, apresentar ao Congresso Nacional a título de contribuições quanto à matéria. Para tanto, a proposta de encaminhamento direto para a Câmara dos Deputados das observações do CNPCP sobre o PLS foi votada no Plenário, apresentando o seguinte resultado: O Conselheiro Aldovandro Fragoso, Conselheiro Arthur Correia e a Conselheira Alessa Pagan votaram contra o encaminhamento direto para a Câmara dos Deputados; O Presidente César Mecchi, Conselheiro Máximo Alves, Conselheiro Ulysses Gonçalves, Conselheiro Joao Batista Fagundes, Conselheiro Fernando Fragoso, Conselheira Tais Ferraz, Conselheiro Pedro Eurico, Conselheiro Fernando Kfourri apresentaram voto a favor para encaminhamento direto à Câmara dos Deputados. Em seguida, o Conselheiro Aldovandro Modesto propôs uma Moção de congratulações em favor da Dra. Raquel Elias Dodge pela sua posse no cargo de Procuradora-Geral da República. A referida Moção foi aprovada por unanimidade pelo Plenário. Iniciando os itens de pauta, a Conselheira Alessa Pagan apresentou breves alterações e ressalvas, a título de revisão, na minuta de Resolução 03/2017, que dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação e nutrição às pessoas privadas de liberdade e aos trabalhadores no sistema, e na Resolução 04/2017, que dispõe sobre padrões mínimos para a assistência material do estado à pessoa privada de liberdade. As revisões foram aprovadas pelo Plenário. Em referência à matéria, o Conselheiro Pedro Eurico manifestou voto contra às propostas apresentadas, tendo em vista que, segundo ele, necessitariam ser melhor mitigadas, sobretudo quanto às questões financeiras dos Estados. Em sequência aos itens de pauta, o Conselheiro Arthur Correia apresentou a minuta de Resolução que trata da monitoração eletrônica, comparando inclusive os votos-vista do Conselheiro Fernando Kfourri e do ex-Conselheiro Andre Luiz de Almeida. Devido ao término da reunião, a minuta de Resolução foi apreciada e aprovada parcialmente, sendo necessária a análise dos demais pontos da proposta na próxima Reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

ATA DA 439ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Aos nove e dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; o 1º Vice-Presidente Paulo Antônio de Carvalho; o 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfourri e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Arthur Correia da Silva Neto; Carlos Eduardo Sodré; Diogo Rudge Malan; Fernando Fragoso; Joao Batista da Silva Fagundes; Máximo Alves Barbosa Filho; Maria Gabriela Viana Peixoto; Olhen Ricardo de Souza Scucuglia; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Roberto Teixeira Pinto Porto; Tais Schilling Ferraz; Ruy Celso Barbosa Florence; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Vilobaldo Adelidio de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Eugenio Paes Amorim; Jose Barroso Filho; Maria Tereza Uille Gomes; Karla Andreia Magalhães Timbo Pinheiro; Pedro Eurico de Barros e Silva. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Cap. PM Leonardo Casabona-SSP/SP; Mauricio Kuehne-COPEN/PR; Luiz Spricio-UnB. O Presidente iniciou a reunião procedendo à posse do Dr. Carlos Eduardo Sodré como membro suplente do CNPCP, na vaga da ex-Conselheira Fernanda Regina Vilarés, desligada do Colegiado, a pedido. Em seguida, o presidente apresentou a Ata da 438ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada pelo Plenário. Após o Conselheiro Fernando Kfourri, presidente da Comissão interna responsável pela elaboração da minuta do Decreto de Indulto do presente ano, apresentou breves comentários acerca da elaboração do documento prévio. Em sequência, o Conselheiro Ulysses Gonçalves, relator da minuta do Decreto de Indulto do presente ano, apresentou o referido documento para apreciação e aprovação pelo Plenário. A votação prosseguiu conforme três opções: aprovação da proposta do relator; rejeição da proposta do relator; e aprovação da proposta com ressalvas. O Conselheiro Otávio Toledo, em seus apontamentos em referência à minuta do Decreto de indulto de 2017 apresentada pelo relator, sugeriu as seguintes contribuições: a) Regra Geral para o indulto: o perdão Presidencial deveria ser limitado ou até excluído nos casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa; b) Indulto Especial: As frações previstas para obter o perdão Presidencial são exageradamente brandas; c) Indulto etário: Entende que a idade piso para a aplicação do indulto etário poderia continuar em 70 anos; d) Presos com filhos menores, com doença crônica ou deficiência: a dispensabilidade da proposta que abrange o perdão Presidencial para netos de pessoas encarceradas (artigo 1º, § 1º, inciso IV, da Proposta); e) Paraplégicos, tetraplégicos e portadores de cegueira: manutenção da hipótese específica; f) Indígenas: falta de razão especial para inclusão dos indígenas no perdão presidencial; g) Hipóteses de inaplicabilidade: acrescentar à hipótese dos agentes de segurança a ressalva de que a inaplicabilidade só teria motivo se o crime tivesse sido praticado contra essas pessoas em razão do exercício da função; h) Indulto das mulheres: hipóteses exclusivas para as mulheres são excessivamente abrangentes; i) Indulto para vítimas de tortura: aperfeiçoamento da cláusula que limitaria essa forma de indulto às vítimas do próprio Estado; j) Comutação: Propôs a troca de uma pena pela outra (privativa de liberdade por pena restritiva de direito) para pessoas de baixa periculosidade condenadas à privação de liberdade. O Conselheiro Diogo Malan, em seus apontamentos em referência à minuta do Decreto de indulto de 2017 apresentada pelo relator, sugeriu as seguintes contribuições: a) inclusão de inciso VIII no artigo